

# A ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA E A CRÍTICA À EDUCAÇÃO ESTATAL E À FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Paulo Rogério de Souza<sup>1</sup>  
Raquel do Santos Quadros<sup>2</sup>  
Kethlen Leite de Moura<sup>3</sup>

## RESUMO

A escola pública surgiu na França, após as Revoluções do século XVIII e XIX, com o objetivo de atuar no processo de formação do cidadão burguês, ao mesmo tempo em que agiu como um aparelho regulador a serviço do Estado. No século XIX, essa forma de instrução passou a ser questionada por teóricos como Marx e Engels, que viram na educação estatal e na formação profissionalizante um instrumento de alienação do proletariado visando aos interesses da classe dominante. Assim, neste trabalho buscou-se mostrar que, apesar de não proporem um sistema pedagógico completo, esses teóricos buscaram não somente fazer a crítica a essa instrução alienante, mas também apontar um direcionamento para a superação dessa educação burguesa, em busca de uma emancipação humana.

Palavras-chave: Educação. Escola pública. Educação profissionalizante. Alienação.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das discussões que tem permeado a história da educação na contemporaneidade faz referência ao papel da escola pública na sociedade capitalista burguesa, bem como às discussões que abordam possíveis mudanças na forma ou estrutura dessa escola para atender às necessidades sociais emergentes.

Há razões para o arcabouço educacional estar constituído dentro de um sistema que lhe implica princípios, normas e diretrizes organizacional-pedagógicas no que se refere à formação profissionalizante. É preciso abarcar novas realidades sociais, reformas educativas e políticas educacionais que se compreendam em um quadro econômico, político e cultural na busca contínua de expressar cada vez mais o dualismo de que o papel da educação é formar propriamente para o profissional, ou seja, educar para uma atividade profissional específica; essa é a tarefa da escola para os pobres.

Mas uma discussão que parece, de certa maneira, superada é a que destaca a importância da escola pública no processo de formação da sociedade burguesa. Sua sedimentação nas entranhas da sociedade capitalista pulsa como uma exigência vital e inexorável para sua existência, como se fosse um direito natural do homem desde sua origem.

Com essas constatações, pode-se levantar alguns questionamentos que são pertinentes, como, por exemplo: qual a origem da escola pública e a quais interesses ela procura atender? Qual a influência do Estado na organização dessa escola? O que é privilegiado no conteúdo dessa escola? E quais são as críticas à sua organicidade?

Para responder a essas questões, buscou-se neste trabalho verificar, em um primeiro momento, qual o contexto histórico no qual se originou essa escola pública e o caminho percorrido pela educação no processo de formação social do homem contemporâneo até atingir o formato no qual a sociedade burguesa o consolidou, e, também, como o Estado exerceu influência direta na sua sedimentação e organização.

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e Doutor em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra; Docente do departamento de Teoria e Prática da Universidade Estadual de Maringá (DTP/UEM); integra o Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Pensamento Educacional (GPTSPE/UEM) e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq); paulolucka@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá; integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE/UEM); rraquelquadros@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá; Docente do departamento de Fundamentos da Educação (DTP/UEM); integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GEPPGE/UEM); klmoura2@uem.br

E em um segundo momento, o objetivo foi apresentar uma crítica contrária e questionadora à proposta emancipadora do homem pela educação pública, pautando essa discussão nas ideias de Karl Marx e de Friedrich Engels, tendo como ponto de partida a crítica à educação estatal e à educação profissional aos moldes de uma formação para o cidadão moral e para o trabalho.

## 2 A ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA E A INFLUÊNCIA DO ESTADO BURGUÊS

Segundo Mészáros (2008, p. 42), “[...] as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital.” Para entender esse processo de “adaptação das instituições de educação”, que ocorreu com as mutações do capitalismo, ao iniciar essa discussão, faz-se importante retomar quais eram as características da educação formal moderna que predominaram até o século XVIII e que antecederam a institucionalização da escola pública nesse contexto. Para esse fim, destacam-se três momentos.

Em um primeiro momento, no decorrer do Período Feudal, a educação institucionalizada estava atrelada à Igreja e voltava-se à formação do clero e dos membros de uma classe privilegiada. As crianças, provenientes da nobreza, eram educadas em seus lares por preceptores contratados para tal fim. As crianças mais pobres, pela falta de recursos para pagar um tutor particular, geralmente não recebiam nenhum tipo de educação formal. Por isso, esse período se destacou por uma educação elitizada, à qual poucos tinham acesso.

Em um segundo momento, na transição do Feudalismo para o Capitalismo, ao tomar o poder, a revolucionária burguesia exigiu que, com vários outros privilégios exclusivos da nobreza feudal, a educação fosse voltada para todos os homens “[...] assim, a instrução deve ser universal, isto é, estender-se a todos os cidadãos” (CONDORCET, 1943, p. 9), passando a ser um direito destes, deixando de ser apenas privilégio de um grupo social. Dessa maneira, a educação moderna, historicamente, deixou de ser privilégio para se tornar direito.

O terceiro momento se encaminhou quando essa burguesia revolucionária havia se firmado definitivamente no poder como classe dominante e dirigente da sociedade. É nesse contexto que a igualdade de todos pautada pelo direito ganhou força; instituiu-se a educação como um *dever* da sociedade para com os cidadãos: “A instrução pública é um dever da sociedade para com todos os cidadãos.” (CONDORCET, 2001, p. 81).

A instituição de uma educação pública e gratuita como um dever do Estado passou a ser prioridade, porque o homem dessa sociedade precisava ser educado para se adaptar ao novo modo de produção capitalista. Bem como os cidadãos precisavam, também, ter uma formação de acordo com os princípios de uma nova moral – a burguesa –, ou seja, para manutenção da ordem e do ideário burguês: o respeito à propriedade privada.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu [...] ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internacionalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35-36, grifo do autor).

E é nesse terceiro estágio do processo educativo, referente à sociedade burguesa, que a educação deve ser entendida mais como um dever imposto aos cidadãos pela obrigatoriedade da escola pública já na sua origem no século XIX do que como um direito humano, como procura apresentar a *Carta Internacional dos Direitos Humanos de 1948* no seu Art. 26: “Art. 26. Toda pessoa tem o direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Isso porque foi por essa forma de educação que a burguesia se valeu para se manter no comando da sociedade como classe dominante e para superar as várias crises que enfrentou logo que se sedimentou no poder: “[...] basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 18).

Essas crises foram provocadas pelo processo de exploração da classe proletária pela burguesia na busca pela maximização do lucro, o que começou a gerar conflitos de grandes proporções e a vislumbrar a possibilidade de uma

revolução iminente por parte da classe oprimida. Revolução do proletariado esta, contra a classe burguesa, convocada na última frase d'*O manifesto*, “trabalhadores de todos os países, uni-vos.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 65).

A ideia de revolução por parte do proletariado ganhou força quando esses trabalhadores começaram a ter consciência de classe, principalmente quando esse conceito começou a ser explorado, no século XIX, por pensadores como Marx e Engels. Esses autores apresentaram uma discussão sobre as reais condições de desigualdade econômica cada vez mais crescentes e procuraram mostrar como a exploração da força de trabalho pelo capital levava à escravização dos trabalhadores pelos patrões e promoviam a alienação por parte da máquina diante da necessidade de venderem a si próprios, como mercadorias para poderem sobreviver.

Na mesma medida em que a burguesia – o capital – se desenvolve, também o proletariado se desenvolve. A classe trabalhadora moderna desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital. Estes trabalhadores, que precisam vender a si próprios aos poucos, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e são, por consequência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a toda flutuação do comércio. [...] Ele se torna um apêndice da máquina. (MARX; ENGELS, 2010, p. 19-20).

Mas mesmo diante das constantes crises e das revoluções – conflitos provocados pelas insatisfações do operariado diante da exploração econômica e das péssimas condições de trabalho – a burguesia buscava manter sua supremacia social e soube como conter o ímpeto do proletariado e suas tentativas de assumir o poder. Primeiramente, porque ela, a classe burguesa, já passara pelo crivo de revoluções no processo de sua ascensão ao poder – citam-se as Revoluções Industrial e Francesa –, em que ela fora o agente revolucionário.

Assim, por conhecer os meandros de uma revolução, a burguesia detinha o conhecimento de como agir para rechaçar a revolta do proletariado, geralmente com o uso da força e da violência, sempre apresentando os revoltosos como inimigos da sociedade: “A serena Paris operária da Comuna e bruscamente mudada num pandemônio pelos cães de caça da ‘ordem’. E que é que prova esta tremenda mudança, para o espírito burguês de todos os países? Que a Comuna conspirou contra a civilização!” (MARX, 2009, p. 426, grifo do autor).

No entanto, a burguesia, apesar da superioridade bélica, não podia continuar levando as soluções de suas crises e conflitos para o campo de batalha ou reprimindo os levantes revolucionários apenas com o uso da força e da violência. Isso era prejudicial, não somente para a classe oprimida, mas era um problema para a classe opressora, pois essa tinha que novamente se rearticular depois dos embates, o que acabava gerando altos custos e desgaste social.

Na busca da manutenção do comércio e do crescimento industrial para sustentação do poder e de sua hegemonia econômica, a classe burguesa teve que se valer de outros meios, além dos conflitos armados que causavam a desarticulação de sua estrutura em vez de ordenamento social. É nesse contexto que a burguesia começa a perceber que as crises na sociedade de sua época eram consequência não apenas de uma insatisfação da classe revoltosa – o proletariado –, mas também de uma educação ultrapassada, quando esta existia, ou quando não, da falta de uma melhor orientação social que formasse o cidadão.

A classe dominante entendeu que havia a necessidade de ter uma forma de educação específica que instruisse o homem do seu tempo de acordo com os princípios morais e profissionais dessa classe para se evitarem conflitos e revoltas contra seus domínios de expansão e exploração social.

Desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante. [...] Nestas circunstâncias, o aparato escolar apresentava vantagens óbvias e que foram imediatamente aproveitadas pela burguesia. (MARX; ENGELS, 2011, p. 18).

Para isso, propôs-se que o poder público criasse uma escola também pública, gratuita e estatal, ou seja, uma educação popular geral e igual a cargo do Estado, na qual todos os cidadãos, inclusive os mais pobres, pudessem ter acesso e ser instruídos. Essa escola deveria ser frequentada por todos os cidadãos, mas não como uma opção ou um direito,

mas como uma obrigação. Todos deveriam frequentá-la, pois era nela que cada indivíduo seria educado de acordo com a moral e os bons costumes para se viver em sociedade.

Assim, no período conturbado do século XIX, quando ocorreu a expansão mundial do comércio, a crescente explosão da indústria, da maquinaria e o conflito entre as duas classes antagônicas – burguesia e proletariado –, o surgimento da escola pública estatal foi inadiável. Pois era esta que viria assegurar e defender os interesses da classe dominante diante da crise do capital: “Tratava-se, na verdade, de defender os interesses burgueses frente a grande crise do capital [...] Ora, se os interesses burgueses têm que passar pelo sufrágio universal e a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas, a escola pública não pode mais ser adiada.” (LEONEL, 1994, p. 184-185).

Apesar de inadiável diante dos interesses da classe burguesa a escola pública e gratuita a cargo do Estado, nos moldes capitalistas, foi totalmente rechaçada pelo pensamento de Marx e Engels que não admitiam a interferência estatal – um Estado como educador do povo – que não fosse pelo subsídio financeiro e fiscalização para sua manutenção:

Isso de *educação popular a cargo do Estado* é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente; as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado [...], e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (MARX; ENGELS, 2011, p. 130-131, grifo do autor).

Assim, essa educação pública e gratuita para todos não poderia sofrer nenhuma interferência do Estado ou da Igreja, para não se tornar uma educação comprometida com seus interesses políticos ou suas ideologias religiosas: “[...] o que deveria ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da Igreja.” (MARX; ENGELS, 2011, p. 130).

Um exemplo dessa educação gratuita para todos na qual não havia nenhuma influência estatal e religiosa foi apresentada por Marx, que descreveu a forma de educação apresentada pela Comuna de Paris como um modelo de instrução, para todos, gratuita e livre das amarras e da interferência do Estado e da Igreja:

Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo libertas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinha imposto. (MARX, 2009, p. 403).

Verifica-se que para Marx e Engels deveria sim existir uma escola, e esta também deveria ser pública e gratuita, a qual todos tivessem acesso. Isso pode ser constatado em *O manifesto comunista* no qual os autores, ao elaborarem as medidas iniciais para revolucionar e superar o modo de produção capitalista por parte do proletariado, incluíram no item décimo o que esperavam de uma educação pública em uma sociedade socialista: “10. Educação gratuita para todas as crianças em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil em fábricas do modo atual. Combinação de educação com produção industrial etc.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 45).

Assim, pode-se perceber que a crítica dos autores à “educação para todos” tinha um direcionamento específico: o modelo de educação gestado na escola pública e gratuita proposta pela sociedade capitalista, sob a égide do Estado burguês, para atender aos interesses dessa classe dominante. Enquanto essa escola sofresse a interferência estatal, estaria também sob sua influência político-ideológica a qual deveria reproduzir. Dessa forma, seria uma educação manipuladora e comprometida com o seu gestor.

### 3 A ESCOLA PÚBLICA E A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Outro exemplo da crítica de Marx e Engels à escola pública e ao modelo da educação capitalista burguesa está relacionado ao que era ensinado nessa instituição. Isso porque a criação desse instrumento formativo tinha uma finalidade já na sua origem. Com efeito, a escola já prevê seus fundamentos para o trabalho. Para Manfredi (2002), parte significativa dos teóricos concorda que a noção de trabalho e as diferentes formas concretas de sua efetivação são históricas, e se hoje o imaginário social entende a escola como uma instituição que tem por função preparar os jovens para o

ingresso no mercado de trabalho, na sua constituição a escola não esteve vinculada a esse princípio. Institucionalmente a escola foi criada para preparar grupos seletos para o exercício do comando, do poder e da direção social.

De acordo com a concepção marx-engelsiana, em toda a linha educacional proposta o domínio da sociedade burguesa não passa de um meio de enganar a massa; a burguesia dominante nos países capitalistas entretém cuidadosamente o engodo de uma educação voltada para a cidadania. Pistrak (2000, p. 23) esclarece isso ao ressaltar que:

[...] em todos os estados burgueses, são muito íntimas as relações entre o aparelho político e o ensino, embora a sociedade burguesa não possa reconhecê-lo; entretanto, esta sociedade educa as massas [...] por intermédio de todas as organizações que se baseiam na propriedade privada.

A finalidade era educar o cidadão segundo os princípios morais burgueses como forma de domesticá-lo e direcioná-lo, papel que coube a uma educação institucionalizada: “Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45). E também para uma qualificação de uma mão de obra para o trabalho nos moldes da sociedade capitalista segundo uma educação profissional: “[...] não só o controle do trabalho estruturalmente subordinado, mas também a dimensão do controle da educação tinham de ser mantido num compartimento separado, sob o domínio das personificações do capital.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 68).

Quanto à educação para o trabalho, Brandão (1984, p. 23) retrata que: “[...] uma divisão social do conhecimento necessário não aconteceu de uma vez [...] nem se deu do mesmo modo em todos os tipos de sociedade.” Essa formação para o trabalho durante alguns séculos ocorreu na própria dinâmica da vida social e comunitária, concomitantemente à própria atividade de trabalho.

Segundo Saviani (2005), essa educação burguesa se estruturou sobre uma divisão em dois grandes campos de atuação para atender tanto o proletariado quanto a classe dirigente. Ao primeiro coube a formação para o trabalho e a profissionalização da mão de obra. Ao segundo coube a formação das profissões intelectuais para gestar os setores dirigentes da sociedade.

[...] a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquela das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente. (SAVIANI, 2005, p. 232).

Marx e Engels discordam do processo de ensino burguês voltado à formação para o trabalho. Para eles, essa educação profissionalizante servia apenas aos interesses dos setores dominantes, pois proporcionava a objetificação do homem, atuando “[...] como adestramento da força de trabalho, da integração social, da exploração.” (LOMBARDI, 2011, p. 20).

A educação para o trabalho busca apenas a formação do indivíduo na execução de certas atividades práticas – monotecnia –, no manuseio da máquina ou função limitada e fracionada, o que acaba levando o homem a sua total alienação em relação ao seu trabalho. Na maioria das vezes, um trabalho repetitivo e fragmentado no qual esse indivíduo executa a mesma função ou ação por horas, sem nem ao menos entender a complexidade ou ter uma noção geral do próprio produto que ajuda a fabricar. Assim, esse trabalhador, segundo Marx e Engels (2010), torna-se apenas um apêndice da máquina, passando a fazer parte de sua estrutura mecânica, como uma simples engrenagem, na execução de sua atividade.

A proposta de Marx e Engels para superar essa forma de educação para o trabalho nos moldes da escola capitalista da profissionalização, que favorecia ainda mais a divisão e alienação do trabalho, era uma educação do trabalho, ou seja, uma educação politécnica, que devesse privilegiar não apenas o fazer (a prática), mas também o pensar (a reflexão):

*Educação comunista e formação integral do homem* – a educação como articuladora do fazer e do pensar – a superação da monotecnia pela politécnica. A concepção educacional marxista-engelsiana tinha como ponto de partida a crítica da sociedade burguesa, a proclamação da necessária superação dessa mes-

ma sociedade e como ponto de chegada a constituição do reino da liberdade. Com a instauração do comunismo a educação estará a serviço do homem e, rearticulando o trabalho manual e a atividade intelectual, deverá voltar-se plenamente à formação integral do homem. (LOMBARDI, 2005, p. 10, grifo do autor).

Essa proposta de educação politécnica voltada para a formação integral do homem – na prática e na reflexão – foi o que norteou o pensamento dos autores supracitados como forma de superação da educação burguesa apoiada na monotecnia – ação e repetição – e determinada pelas condições sociais e materiais na qual estava inserida.

Como aponta Lombardi (2005), essa educação a serviço do homem somente poderia ser implantada quando superada a sociedade burguesa determinada pelas condições sociais. É importante notar que a qualificação para o trabalho reproduz o preparo para uma dada ocupação ou um grupo de ocupações, e que assume o princípio de que a cidadania se relaciona ao exercício de uma profissão socialmente útil. Isso porque, segundo Marx e Engels, a sociedade burguesa intervém na educação com o objetivo de formar os cidadãos para atender aos seus interesses como classe dominante. Segundo eles, caberia aos comunistas o papel de utilizarem-se do mesmo expediente para combater a hegemonia da classe dominante.

E a sua educação?! Não é ela também social e determinada por condições sociais sob as quais você educa por intervenção, direta ou indireta, da sociedade, nas escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intervenção da sociedade na educação. Eles procuram alterar o caráter dessa intervenção e resgatar a educação influenciada pela classe governante. (MARX; ENGELS, 2010, p. 39).

Essa intervenção social pautada em uma sociedade comunista, na qual os trabalhadores tenham hegemonia, deveria ser o fio condutor dessa nova forma de educação. Formar para o mundo do trabalho significa capacitar o educando a viver de forma cooperativa e útil na sociedade em que se insere. A educação para o trabalho deveria ser considerada na sua totalidade, na forma integral e não fragmentária, na qual fosse valorizada a formação não direcionada à divisão do trabalho ou aos interesses de uma classe dominante em particular ou, ainda, de determinado setor industrial ou comercial. “A situação que lhes interessa é a dos trabalhadores e o modelo em que pensam é o de uma estrutura social onde os trabalhadores tenham a hegemonia, onde desapareça a divisão do trabalho e a felicidade substitua a necessidade.” (LOMBARDI, 2011, p. 12).

Essa concepção de educação politécnica marxista-engelsiana para ser compreendida tem que seguir alguns parâmetros, já que esses autores “[...] nunca escreveram um texto – folheto, livro ou artigo – dedicado expressamente ao tema do ensino e educação. Suas referências sobre estas questões aparecem separadas ao longo de sua obra.” (LOMBARDI, 2011, p. 6). Conforme o mesmo autor, a concepção marxista-engelsiana de educação foi se configurando ao longo do tempo até assumir alguns princípios essenciais por ele aqui resumidos:

[...] a concepção marxista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica; associação entre educação e produção material; educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequado à idade das crianças, jovens e adultos; inseparabilidade da educação e da política; e a articulação entre o tempo livre, isto é, o trabalho, o estudo e o lazer. (LOMBARDI, 2005, p. 11-12).

Dessa maneira, pode-se verificar que as questões pontuais sobre educação propostas por Marx e Engels, apesar de não “[...] ‘levantar’ um sistema pedagógico ou educativo completo e elaborado [...]” (LOMBARDI, 2011, p. 6, grifo do autor), tinham como objetivo não apenas fazer uma crítica à educação burguesa pautada nas entranhas da sua escola pública, por considerar sua instrução alienante e incapaz de promover a emancipação do homem, formando apenas um exército de reserva de mão de obra operária. Mas, também, tinham como premissa apontar um direcionamento para superação dessa forma de educação, propondo, segundo “[...] uma concepção mais orgânica da união instrução/trabalho, na perspectiva de uma formação total de todos os homens.” (LOMBARDI, 2005, p. 11).

A educação deve ser entendida a partir de concepções sociais e não a partir do trabalho apenas como seu fundante, em que seu significado e importância é resultado do que a sociedade faz dela. No entanto, consideravelmente



isso depende do desenvolvimento social, do nível de exigência dos indivíduos e das possibilidades políticas e econômicas do momento, que são mediadas pelas relações concretas que são estabelecidas por meio de lutas sociais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, verifica-se que a forma de educação que a burguesia buscou incutir na sociedade a partir do século XIX, por meio da escola pública gratuita, não foi mais do que um instrumento dessa classe para garantir a ordem social e manter o seu poder nessa sociedade.

Partindo dessa discussão, pode-se constatar que a função atribuída à escola pública capitalista, desde a sua origem, foi mesmo de educar o indivíduo às normas e aos moldes burgueses, e não de instruir e/ou emancipar o ser humano como seu discurso corrente. O objetivo dessa educação não era o de formar o ser humano consciente de seus direitos sociais e dotá-lo de conhecimento reflexivo, mas, sim, formar o indivíduo necessário socialmente à divisão de trabalho, seguidor da ordem e da moral, mantendo a sociedade de acordo com os interesses impostos pela classe dominante.

Para instituir essa escola, a sociedade burguesa utilizou-se da influência estatal para organizá-la e impor uma forma de educação, que tinha como principal ponto de defesa a necessidade de formação do cidadão para o trabalho, declarando a instrução profissionalizante como uma forma de emancipar o homem.

Mas, ao fazerem a crítica a essa forma de educação estatal e profissionalizante, Marx e Engels não apenas mostram os engodos dessa proposta de formação para o trabalho como emancipadora, mas destacam seus traços manipuladores que fazem com que esses indivíduos acabem tendo apenas uma instrução alienante e voltada para a formação de mão de obra, ou seja, revela apenas uma forma de educação tecnicista. E contra essa forma tradicional de educação pública burguesa, eles propõem a necessidade de rompimento com a ordem vigente, vislumbrando para isso uma nova concepção de educação realmente emancipadora e libertadora, pautada na formação politécnica e integral.

No entanto, eles procuram destacar que isso somente poderá ocorrer quando houver uma superação da ordem social hegemônica estabelecida na sociedade capitalista, por uma sociedade comunista. Ou seja, para que isso ocorra não é necessária apenas uma mudança na estrutura educacional, mas depende também de um processo de transformação social, que desarticule a dominação imposta pelo capitalismo e pela sociedade burguesa.

#### *The origin of public school and criticism to state education and vocational training*

##### *Abstract*

*Public school originated in France, after the revolutions of the eighteenth and nineteenth century, with the objective of operating in the training process the bourgeois citizen at the same time acted as a regulatory apparatus of the state service. In the nineteenth century, this form of instruction began to be questioned by theorists such as Marx and Engels, who saw the state education and vocational training a proletariat of sale tool for the ruling class. Thus, this study will show that, while not proposing a complete educational system, these theorists sought not only to criticize this alienating education, but also to point a direction to overcome this bourgeois education, in search of a human emancipation.*

*Keywords: Education. Public school. Vocational training. Alienation.*

#### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONDORCET, J. A. N. de C. **Cinco memórias sobre la instrucción pública y otros escritos**. Madrid: Ediciones Morata, 2001.

CONDORCET, J. A. N. de C. **Instrução pública e organização do ensino**. Porto: Educação Nacional, 1943.

LEONEL, Z. **Contribuição à história da escola pública: elementos para a crítica de teoria liberal da educação**. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LOMBARDI, J. C. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p. 1-38.

LOMBARDI, J. C. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Org.). **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011. p. 6-22.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. A Guerra Civil na França. In: MARX, K. (Org.). **A revolução antes da revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 339-437.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. Campinas: Navegando, 2011.

MÈSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p. 223-274.